



EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A.
CNPJ/MF nº 26.845.650/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatrans Transmissora 1 SPE S.A. ("Companhia" ou SPE 01), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as informações adicionais relevantes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **1. Mensagem do Presidente.**

Em 2022 vivenciamos um ano de muitos desafios, potencializado pelo fato de termos durante o ano inteiro todos os nossos empreendimentos 100% operacionais. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Resolução Anual Permitida) aprovada pela ANEEL em maio de 2022, permitindo uma atualização tarifária de 9,8%, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1.197 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Operacional consolidado de R\$ 1.818 bilhões, aumento de 98% em relação a 2021. O Lucro Líquido de 2022 foi de R\$ 349 milhões, uma variação positiva de 93% em comparação ao ano anterior. Como consequência, a distribuição de dividendos aos acionistas foi de R\$ 160 milhões, sendo R\$ 100 milhões foram bem inferiores em comparação aos anos anteriores, atingindo a marca R\$ 26 milhões em transmissão e R\$ 103 milhões em renováveis, locados, principalmente, nos términos de contratos de engenharia, compensações ambientais e negociações fundiárias. Os resultados de 2022 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2023. Nossa estratégia é manter o foco no crescimento sustentável, buscando otimizar nossos processos e sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatrans S.A., por sua vez, tem como missão "Ser a melhor opção de energia elétrica para o cidadão brasileiro, oferecendo tarifas justas e seguras".

A transmissão, distribuição e venda de energia elétrica da Equatorial Transmissão 1 SFE SA, sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, manutenção, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do edital nº 13/2018-ANELAP (Agência Nacional de Energia Elétrica), sob o regime de tarifa regulada pelo preço máximo, sendo a remuneração fixada em R\$ 1, em 500 kV com extensão aproximada de 251,0 km empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibiliza mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A obra foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº 9.612/2019, tendo sido concluída em maio de 2022, no Colégio, Santa Rita de Cassia, Mansidão, Buritirama. Para o novo ciclo 2022-2023, que teve seu início no mês de julho de 2022, a Receita Anual de Permissa (RAP) da Companhia é de RS 104,14 milhões, atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio dos seguintes homologados emitidos pela ANEEL: Resolução Normativa nº 1.000/2019, Resolução Normativa nº 1.001/2019, Resolução Normativa nº 1.002/2019 e benefício fiscal da SUDENE operado através do Abto nº 367/2019 da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. 3. **Andamento do Projeto**. A SFE OI está entre todos os seus ativos em operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permissa) integralmente paga pelos consumidores locais. Atualmente, a Companhia possui 100% de participação econômica em 100% dos ativos em Operação Comercial. 4. **Investimentos.** Os investimentos em 2022 totalizaram R\$ 1,80 milhão. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processo de negociação financeira e contratação de serviços de consultoria e fiscalização. No balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022, a companhia possuía um saldo de caixa e equivalentes de R\$ 1,65B e 99,83 milhões em custos acumulados. **Fiminveste, Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, os resultados são apresentados em R\$ BRL 99,83 milhões. Custos

despesas operacionais. Em 2022, o total de custos e despesas gerenciais e não gerenciais, excluindo despesa e amortização fixo foi R\$ 14,83 milhões positivo, devido à variação positiva das margens do auto de controle.

Custos e despesas operacionais gerenciais. Em 2022, o total de custos e despesas gerenciais da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo as despesas com Depreciação e Amortização, foi de R\$ 14,83 milhões positivo, devido à variação positiva das margens do auto de controle.

Resultado financeiro. Em 2022, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 36,66 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social. Em 2022, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 15,92 milhões.

Lucro líquido. Em 2021, a Equatorial Transmissão 1 S/A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 42,14 milhões. Em 2022, a Equatorial Transmissão 1 S/A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 41,52 milhões, devido à redução de alguns R\$ 415,02 milhões. As dividas da SPE 01 têm um perfil caracterizado de vencimentos, com apenas 4,66% em custo por prazo.

Relacionamento com auditores externos. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/08, os Diretores da Companhia Joseph Zwicker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, e o Diretor Presidente, Alexandre de Oliveira, declararam não ter qualquer relação com a companhia e com as Administradoras Contábeis referentes ao exercício social em 2021 em 31 de dezembro de 2021 e (ii) reaviam, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 22 de março de 2022 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social em 2021.

Diretoria Executiva: Joseph Zwicker Junior - Diretor Presidente, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor, Alton Costa Ferreira - Diretor, Waldenir Pereira de Oliveira - Diretor, Cristiano de Lima Logrado - Diretor, Geovane Ximenes de Lima - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC/PA012596-0/S-S-MA.

Ativo	Notas	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	137	141
Aplicações financeiras	6	45.611	15.717
Contas a receber de clientes		10.166	9.479
Serviços pedidos		281	-
Impostos e contribuições a recuperar		140	140
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		9.671	6.023
Adiantamento a fornecedores		352	618
Outras contas a receber		1.198	823
Ativos de contrato	8	108.545	100.476
Total do ativo circulante		176.101	133.417
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	10.022	9.131
Outras contas a receber		-	17
Intangível		397	411
Ativos de contrato	8	702.798	677.294
Total do ativo não circulante		713.217	686.853
Total do ativo		889.318	820.270

PROFILO DE RISCO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)				
Passivo		Notas	2022	2021
Circulante				
Fornecedores			6.709	7.771
Empréstimos e financiamentos	9		15.580	21.153
Debêntures	10		3.763	1.226
Dividendos a pagar	14		2.116	6
Impostos e contribuições a recolher	11		1.031	994
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	11		572	515
PIS e COFINS diferidos	12		3.757	-
Encargos setoriais			808	457
Outras contas a pagar			1.169	962
Total do passivo circulante			38.505	33.084
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	9		330.888	344.534
Debêntures	10		64.791	63.349
PIS e COFINS diferidos	12		87.026	81.784
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11		100.758	88.463
Total do passivo não circulante			583.463	578.130
Patrimônio líquido				
Capital social	15		92.459	92.459
Reserva de lucros	15		174.891	116.597
Total do patrimônio líquido			267.350	209.056
Total do passivo e patrimônio líquido			889.318	800.270

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
(Em milhares de Reais)			
	Notas	2022	2021
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	4	4.027	13.756
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	16	95.909	85.712
Receita operacional líquida		100.936	99.468
Custo dos serviços prestados		16.023	4.508
Lucro bruto		115.569	103.976
Despesas gerais e administrativas	17	(1.183)	(3.307)
Outras despesas operacionais, líquidas		(34)	-
Total de receitas (despesas) operacionais		(1.217)	(3.307)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		114.743	100.669
Receitas financeiras	18	3.673	1.711
Despesas financeiras		(58,8)	(58,8)
Resultado financeiro		(36,56)	(58,142)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		114.406	100.029
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	(3.634)	(561)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	(12,295)	(11,740)
Impostos sobre o lucro		(15,929)	(12,301)
Lucro líquido do exercício		98,477	87,228

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO		
	Notas	Capital social
Saldos em 31 de dezembro de 2020		92.459
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos		-
Lucro líquido do exercício		-
Destinação do lucro do exercício:		
Recomposição de incentivos fiscais		-
Constituição de reserva legal		-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-
Realização da reserva de lucros a realizar		-
Constituição de reserva para investimento e expansão		-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		92.459
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos	15.2.e	-
Lucro líquido do exercício		-
Destinação do lucro do exercício:		
Constituição de reserva de incentivos fiscais	15.2.a	-
Constituição de reserva legal	15.2.b	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	14	-
Dividendo adicional proposto	15.2.e	-
Constituição de reserva para investimento e expansão	15.2.d	-
Realização da reserva de lucros a realizar	15.2.c	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		92.459

RESERVAS DE LUCROS						
Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para investimento e expansão	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
-	750,4	78.473	-	41.297	-	220.133
-	-	-	-	(41.297)	30.226	(41.297)
-	-	-	-	-	-	30.226
2.134	-	-	-	-	(2.134)	-
-	1.405	-	-	-	(1.405)	-
-	-	261	-	-	(267)	(6)
-	-	(1.737)	-	1.737	-	-
-	-	-	26.420	-	(26.420)	-
2.134	9.309	76.997	26.420	1.737	-	209.056
-	-	-	-	(1.737)	-	(1.737)
-	-	-	-	-	62.147	62.147
10.536	-	-	-	-	(10.536)	-
-	2.581	-	-	-	(2.581)	-
-	-	-	-	(490)	-	(490)
-	-	-	-	18.274	(18.274)	-
-	-	-	30.266	-	(30.266)	-
-	-	(1.626)	-	-	-	(1.626)
12.670	11.890	75.371	56.886	18.274	-	267.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	62.147	30.226
Total de outros resultados abrangentes	62.147	30.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro líquido do exercício	62.147	30.226
Ajuste para:		
Amortização	28	16
Margem da receita de construção	(28.990)	(25.192)
Remuneração de ativo financeiro	(105.685)	(94.448)
Recicla de operação e manutenção	(6.560)	(2.638)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	36.398	57.812
Rendimentos de aplicações financeiras	(3.842)	(1.787)
PIS e COFINS diferidos	8.999	9.200
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	3.634	561
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	12.295	11.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade de propósito específico, anônima de capital fechada, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., empresa do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.608-200. A Companhia tem por objetivo exclusivo e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Licitação nº 13/2015 de Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa: "Procedimento de concessão de Transmissão Rio dasguas - Barrerias II, em 500 kV", com extensão aproximada de 251º quilômetros. A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. (**) Não auditado. **1.1. Contrato de concessão:** O Contrato de Concessão nº 007/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabeleceram regras a respeito de taxa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 9 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de

ante das demonstrações contábeis.

ZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Tópico	Nota explicativa	Descrição
Ativos de contrato	nº 3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato. Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Receita operacional líquida	nº 3.1 e 16	

Variações em:	2008	(R\$ 100)
Contas a receber de clientes	128.033	159
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(401)	(4.567)
Ativos de contratos	(858)	84.954
Adiantamento a fornecedores	266	276
Outros ativos circulantes	(639)	(35)
Fornecedores	(1.062)	6.199
Impostos e contribuições a recolher	-	(146)
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	(577)	(5.339)
Encargos setoriais	351	125
Outras contas a pagar	105.257	121
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(46.269)	(38.893)
Impostos pagos - IR e CSLL	(3.247)	-
	(49.516)	(38.893)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	34.065	28.944
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	(14)	-
(Aplicação) resgate sobre aplicações financeiras	(26.943)	8.902
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de investimento	(26.957)	8.902
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos, liquidação dos custos de transação	-	5.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(5.369)	(42.131)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(7.212)	(37.313)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4)	115
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	141	26
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	137	141
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4)	115

período 2015-2019, cotização até 27 de dezembro de 2025, tendo sua renovação requerida no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término de sua validade. **12. Impactos da Covid-19:** A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis para o período 2015-2019, tendo em vista que a pandemia não afetou diretamente as operações da Companhia. A Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e segurança de seus colaboradores, retornou às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis. **13. Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia:** Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão interrompeu o fluxo comercial já estabelecido e desviou parte da demanda de importação de energia da Rússia para outros mercados e, recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa. Durante o exercício de 2022, o petróleo e o gás natural atingiram preços de US\$ 130/barril e US\$ 133/mmbtu, respectivamente. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que o euro chegou ao fim de 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de aproximadamente 7% em relação a 31 de dezembro de 2021. As ramificações desses eventos impactam as matrizes produtivas das economias globais por meio do aumento dos custos industriais e, paralelamente, há um aumento quase proporcional dos preços internos, desencadeando um aumento de taxa de juros (inflação), volatilidade dos preços dos insumos utilizados na produção e, consequentemente, aumento dos custos de produção. A Companhia não realizou nenhuma análise de sensibilidade para avaliar o impacto das alterações contábeis e de avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nos seus demonstrativos contábeis e, na exercíci, findo em 31 de dezembro de 2022.

Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	nº 3.6.2 e 11	Estimativas das diferenças temporárias
Instrumentos financeiros	nº 3.7 e 18	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

(a) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. No mercado principal para o ativo ou passivo; e Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como colações de corretoras ou serviços de preço, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia de valor justo em que as avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia, da

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021		
	(Em milhares de Reais)	
	2022	2021
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	5.326	16.529
Receita de remuneração de ativo de contrato	105.685	94.448
Receita de operação e manutenção	6.660	2.638
Outras receitas	3.746	—
	117.671	117.361
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	(958)	(12.405)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.069)	(2.677)
Ativos de contrato - perda de realização	24.522	21.098
	19.595	5.996
Valor adicionado bruto	137.266	123.347
Amortização	(28)	(16)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	137.238	123.331
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.852	1.794
	3.852	1.794
Valor adicionado total a distribuir	141.090	125.125

[illegible]

baseia nas informações (grupos) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados no mercado (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos identificados; **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais básica e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais básica e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da seguinte forma:

Transferências de nível 1 para nível 2: ocorrem quando a Companhia aplica ajustes de liquidez e de controle aplicáveis. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão disponíveis na nota explicativa nº 19 – Instrumentos Financeiros.

3. Principais polígonos contábeis: A Companhia aplicou as seguintes políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.1.12 Normas emitidas, mas ainda não adotadas, vigentes. **3.1. Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. A receita é reconhecida quando a obrigação de performance é concluída.

Infraestrutura: As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica, são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se à margem, desde o início da construção até o momento em que a infraestrutura é colocada em operação).

Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta	2.305	2.584	
	2.305	2.584	
Tributos			
Federais	36.123	32.226	
Estaduais	-	-	
	36.123	32.226	
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	35.272	56.878	
Aluguéis	176	236	
Outros	5.067	2.975	
	40.515	60.089	
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	18.764	6	
Lucro líquido do período	43.383	30.220	
	62.147	30.226	
Valor adicionado	141.090	125.125	

EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.650/0001-21

a) contrato, sobre os gastos incorridos; b) **Receta de operação e manutenção (O&M)**: A receita de O&M é a contraprestação pela obrigação de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas condições iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas O&M inicia após o término da fase de construção;

c) **Remuneração dos ativos da concessão**: Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela empresa o valor residual contábil no término da concessão.

3.2. Ativos financeiros: Os ativos financeiros resultam da transferência energética e da prestação de serviços para o usuário contratado firmado entre a União, o Poder Concedente, a Outorgante e a Companhia. A qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas. Em contrapartida, recebe a tutela de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá o valor líquido dos investimentos realizados. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são vinculados ao serviço. Dues obrigações de performance estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e ii) operação e manutenção O&M). À medida que as obrigações de performance são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a dada homologação pela ANELAP. Após emissão do auto de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo financeiro se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação decorrente do contrato de concessão. Quando a concessionária não realiza o pagamento devido ao atraso no recebimento, o ativo financeiro é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos custos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indicadores de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura é baseada no custo médio de produção de energia elétrica, considerando os custos variáveis e fixos similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivo, ou seja, de forma separada, à remuneração para a atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da entidade controlada – Reconhecimento. Com objetivo de otimizar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a expectativa da Companhia para prever o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas à metodologia do Poder Concedente para avaliação de risco. Quando a concessionária não realiza o pagamento devido ao atraso no recebimento, o ativo financeiro é registrado em contrapartida ao projeto de melhorias e reformas, e se mantém alinhado ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente renúncia ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contratual do ativo financeiro é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura são avaliados à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a expectativa da contratação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimado com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a PVI é considerada uma estimativa. Quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo prestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3. Caixa e equivalentes de curto prazo: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originários de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4. Subvenções e assistência governamental: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que os recursos serão recebidos e quando os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando a subvenção refere a um item de despesa, é reconhecida como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em referência ao custo cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1. Benefícios fiscais: SUDENE: Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 80/2020, que outorga à Eletropar Transmissora 1 SPE SA o direito a redução de 75% do imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão e área de cobertura da SUDENE, com o prazo de validade de 20 anos, até o ano de 2039. Esse direito de redução de renda tributária constitui uma subvenção governamental.

3.4.2. Benefícios fiscais: contribuição social: A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido e o lucro operacional, ambos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há composição de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro operacional do exercício. **3.5.1. Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A legislação e o regime de tributação são analisados em vigor durante a vigência da Companhia, com os ativos passíveis de recuperação de créditos se tiver o direito legalmente executável para obtenção de valores recuperáveis.

3.5.2. Imposto de renda e contribuição social diferido: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que losses tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os losses tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributárias realistas. Se o montante das diferenças temporárias tributárias é suficiente para permitir o aproveitamento integral do ativo financeiro (FAS), então esse FAS é mensurado com base nas diferenças temporárias futuras projetadas sob condições negativas da administração. Os valores das diferenças temporárias fiscais diferidas são revisados em cada data do balanço e baixados na extensão em que não é mais provável que losses tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que losses tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.6. PIS e COFINS diferidos: Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração do ativo de contrato há o diferimento do PIS e COFINS diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos como ativos e passivos, dependendo de se considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre à medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.7. Instrumentos financeiros:

3.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial: O contato ao receber de clientes e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em foram originados. Todos os ativos ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJRA), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento financeiro. Depois, essa escolha é feita investindo-se no ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.7.2. Classificação e mensuração subsequente:

(a) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. Ativos financeiros não possuem ativo financeiro ao VJOR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros atualmente não reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR - mensurado dentro do modelo de negócios - ou se o ativo financeiro não estiver sujeito a alterações significativas em suas características contratuais gerais, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativamente simples ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJOR se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR - E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes ao valor justo no investimento, em outros resultados abrangentes (VJRA). Essa escolha é feita investindo-se no ativo financeiro em instrumentos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao VJOR, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenderia aos requisitos para não ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJOR como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um dessacramento contábil que de outra forma surgiria.

(b) **Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas.

o funcionamento próprio das políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. Como o desempenho da carteira é avaliado e o relatório à Administração da Companhia? Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de modo que o reconhecimento contínuo dos ativos de Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados a valor justo por meio do resultado. (c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros custos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se os ativos financeiros criam um direito de recebimento de caixa fixo ou variável, incluindo o valor dos fluxos de caixa contratuais de caixa de fluxos de caixa específicos [por exemplo, baseados na performance de um ativo]. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do principal prestejante, em seu maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir um compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor do maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento de juros criam um direito de recebimento de caixa fixo ou variável, incluindo o valor dos fluxos de caixa contratuais de caixa de fluxos de caixa específicos [por exemplo, baseados na performance de um ativo]. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do principal prestejante, em seu maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir um compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratados como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.				
(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.				
Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação da parte do custo do investimento. Outros resultados de ativos financeiros são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.				
(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. 3.7.2. Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere o controle substancial do recebimento ao balanço patrimonial quando o ativo financeiro é vendido ou quando o balanço patrimonial é transferido para uma entidade que não é controlada pela Companhia. Se o ativo financeiro não é transferido para uma entidade que não é controlada pela Companhia, a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro se transferido ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. (b) Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos) é o que não transiam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 3.7.4. Compensação: O resultado líquido de uma transação que envolve a troca de ativos financeiros é reconhecido no resultado. Se, somente quando, a Companhia tenha adquirido um direito legalmente executável de compensar os valores e a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.				
3.8. Capital social: 3.8.1. Ações ordinárias: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos inicialmente diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como a dedução do valor captado, líquida de impostos. 3.9. Distribuição de dividendos: A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e OICD 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo contingente. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mediante obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros e realizados no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto" Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. 3.10. Principais mudanças nas políticas contábeis: 3.10.1. Novas normas, alterações e interpretações: O CPC emitido revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia decidiu não adotar as interpretações e nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que não tenham sido interpretadas, em relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:				
Revisão e Normas Impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis	
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19				
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 26 – Alienação, CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01/10/2021	01/01/2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do <i>Procedo</i> before <i>Intended Use</i> , as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data da aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes.	
3.10.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas: A partir de 1º de janeiro de 2023 estarão vigentes as seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:				
Revisão e Normas Impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis	
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento tem substituído a norma atualmente vigente sobre <i>Contratos de seguro</i> (CPC 15 (R1) – Contratos de seguro).				
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 41 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição; CPC 47 – Receta de contrato com cliente e CPC 48 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição; CPC 47 – Receta de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia	
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Este Pronunciamento tem substituído a norma atualmente vigente sobre <i>Contratos de seguro</i> (CPC 15 (R1) – Contratos de seguro).				
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 41 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição; CPC 47 – Receta de contrato com cliente e CPC 48 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição; CPC 47 – Receta de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes	
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 02 (R1) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição; CPC 47 – Receta de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.				
	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Companhia	

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2022-2023, que teve seu início no mês de julho de 2022, a RAP da Companhia é de R\$ 104,145, homologado pela REH 3.067/2022. A ANEEL procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022) reajustou em 9,38% a RAP.									
5. Caixa e equivalentes de caixa									
Caixa e depósitos bancários à vista								2022	2021
Equivalentes de caixa (a)								19	13
Investimentos									
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)								118	121
Total								137	141
(a) Referem-se a fundos de investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 96,83% a.a. do CDI (97,12% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021).									
6. Aplicações financeiras									
Circulante								2022	2021
Fundo de investimento									
Cotas de fundos de investimento (a)								45.511	15.711
Subtotal								45.511	15.711
Não circulante									
Recursos Vinculados (b)								10.022	9.133
Subtotal								10.022	9.133
Total								55.533	24.844
(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administradas pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Contábeis; e (b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 100,42% a.a. do CDI (93,77% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021).									
7. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:									
	Nota	2022		2021					
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)				
Empresas									
Contas a receber (RAP)									
Entidade é membro do mesmo grupo econômico									
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	100	885	93	856				
Equatorial Par Distribuidora de Energia S.A.	(a)	172	1.554	173	1643				
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	58	719	60	772				
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	66	582	56	533				
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEE-D)									
Equatorial	(a)	177	1.448	148	1.290				
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)	(a)	11	132	-	-				
CELIG Distribuidora S.A.	(a)	173	1.499	-	-				
Total		757	6.819	530	5.094				
Outras contas a pagar									
Entidade é membro do mesmo grupo econômico									
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(79)	(316)	(94)	(306)				
Equatorial Par Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(24)	(110)	(34)	(125)				
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(22)	(45)	(11)	(33)				
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(9)	(39)	(2)	(33)				
Equatorial Elétrica do Amapá (CEA)	(b)	(1)	(1)	-	-				
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	(7)	(7)	-	-				
Integração Transmissora de Energia S.A. - Intesa	(b)	-	-	(1)	-				
Equatorial Serviços S.A.	(b)	-	(1)	-	-				
Controladora direta									
Equatorial Transmissão S.A.	(c)	(860)	(1.781)	(672)	(2.138)				
Controladora indireta									
Equatorial Energia S.A.		(50)	-	-	-				
Total		(1.052)	(2.300)	(814)	(2.635)				
Fornecedores									
Entidade é membro do mesmo grupo econômico									
Equatorial Serviços S.A									

